

A obra de ficção de Sayad e o futuro da democracia

Nunca alimentamos grandes ilusões quanto ao resultado final dos estudos empreendidos pela área econômica do governo para reduzir o monumental déficit público. Como se tratava de uma opção a ser feita entre, de um lado, o governo e, de outro, a sociedade civil como um todo — empresas privadas e cidadãos contribuintes —, para saber quem deveria arcar com a parte do leão no sacrifício para cobrir as despesas que a administração faz sem ter com que pagar, nada autorizava mesmo qualquer otimismo.

Quando as instituições governamentais não são sólidas, o governo é frágil, o presidente, indeciso e os políticos, meramente interesseiros — o dramático quadro que enfrentamos hoje —, as decisões oficiais são determinadas por outras condições além das análises de viabilidade técnica, financeira e das consequências sócio-políticas das medidas a médio prazo. Nesse caso, pesam também, no processo decisório, com um peso alto, questões partidárias e eleitorais e interesses tipicamente pessoais ou ideológicos. Apesar de suas constantes perorações a favor da iniciativa privada, sabíamos que o presidente José Sarney não teria condições melhores que outros governos mais poderosos que o seu para controlar as empresas estatais.

E não deu outra coisa. Aos contribuintes, uma conta de 17 trilhões de cruzeiros a pagar, diretamente por meio de impostos. Sem contar que parte do pacote — cobertura do débito da Previdência e menos gastos com o subsídio ao trigo e ao álcool — sairá também dos bolsos do setor privado e dos consumidores. Ao setor público, aparentemente, uma conta de 15 trilhões de cruzeiros, armada de maneira tão fajuta que praticamente deixou as empresas estatais intactas depois da "obra de ficção" do ministro do Planejamento, João Sayad: o pacote. A começar pela forma como se procedeu ao pretenso corte: o governo "cortou" investimentos que, na maioria dos casos, não iriam ser feitos com ou sem pacote, e deixou de lado as despesas de custeio. Os números são da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais: depois do pacote, os gastos dessas empresas este ano ainda serão 200,7% superiores aos do ano passado, enquanto o Ministério da Fazenda trabalha para chegar a uma inflação de 170 a 180% em 85.

Mas o mais grave é que, enquanto o governo se diverte prometendo economizar o que não iria mesmo gastar, já está em pleno funcionamento a parte dos sacrifícios que cabe ao setor privado. A antecipação do recolhimento dos impostos significa, na prática, aumento real na tributação e este fato o governo também quis escamotear, procurando não mostrar os dentes do leão tão afiados quanto eles realmente são. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Firmino Rocha de Freitas, em entrevista ao jornal Gazeta Mercantil, mostra que, "de uma só penada, o governo começou metade do lucro sobre o faturamento previsto para o setor eletroeletrônico este ano", só com os prazos menores para pagamento do IPI. Evidentemente, o setor eletroeletrônico não é uma exceção.

Além disso, como consequência do pacote, Dornelles e Sayad já se preparam para outra batalha. Seus resultados, a julgar pelas últimas tendências do presidente da República, acabaram pesando novamente sobre a cabeça da sociedade brasileira. Sayad quer reajustar os preços e as tarifas do governo até agora congelados com reposição das perdas sofridas com o congelamento, enquanto Dornelles se opõe a essa reposição, insistindo em que os aumentos desejados por Sayad fariam a inflação chegar a 260 ou 280% no fim do ano. Nesse cálculo não devem estar incluídas as consequências das emissões de moeda e de títulos que serão necessárias para compensar o que não se quis cortar em despesas.

Para nós, no entanto, o pior de tudo não é o resultado prático imediato dessa política suicida. O aspecto mais negativo foi o fato de o desfecho desse episódio ter demonstrado que, quanto ao estilo de ação, para não falarmos em comportamento ético, as autoridades da Nova República em nada diferem das autoridades econômicas do governo anterior. Um estilo que foi sempre um manancial de argumentos para a oposição em geral — e o PMDB em particular — atacar a administração João Figueiredo. Com sua obra de ficção — o pacote —, pela maneira como pretende emburrar a opinião pública, o sr. João Sayad deve estar deixando o sr. Delfim Neto orgulhoso da sua capacidade de fazer prosélitos.

E agora vai começar uma nova fase dessa permanente tentativa de tapeação da opinião pública que este governo, como o que o precedeu, está encetando. A conversa agora é sobre um novo programa de privatização das empresas estatais. Mais uma vez não temos nenhuma ilusão sobre a seriedade dos propósitos anunciados; a privatização na Nova República não será absolutamente diferente daquela "executada" pelo governo Figueiredo, cujo fracasso pode ser constatado nas lamúrias de Delfim e Figueiredo ao deixarem o poder. Ainda no último domingo, vimos na televisão o presidente do BNDES, sr. Dilson Funaro, falando a respeito do problema. Depois de fazer algumas concessões menores, citando empresas como a Mafersa, que seria uma das "privatizáveis", ele teceu um verdadeiro hino de louvor à Caralpa Metais, até ontem citada sempre em primeiro lugar quando se falava na possibilidade de fechamento de empresas inviáveis. Afirmou que, em quatro meses de Nova República, ocorreu um milagre: até o final do ano o seu banco não terá de despendar um tostão a mais para tapar os seus buracos operacionais e financeiros. Sobre o que o próprio presidente da Caralpa, Ramundo Brito, disse em entrevista ao Jornal da Tarde de ontem, nem uma palavra: a empresa está "asfixiada" por uma dívida de três trilhões de cruzeiros e com uma expectativa de prejuízo operacional de 1,6 trilhão para este ano!

Citamos propositalmente o sr. Dilson Funaro porque o respeitamos profundamente, sabemos que é um homem sério e está sinceramente empenhado em que a questão econômica na Nova República tenha um tratamento bem diferente daquele que tinha nos tempos da dupla Delfim Neto-Ernan Galvêas. Mas há uma estranha síndrome que faz homens como ele, que tem uma grande vivência dos problemas da empresa privada, e como o presidente da Petrobrás, Hélio Beltrão, que até ontem era um ardente defensor da privatização e da desburocratização, ficarem contamina-

dos com os encantos do poder quando chegam lá.

Nós estamos mais interessados no futuro da democracia brasileira do que no futuro do presidente Sarney. Estamos, no entanto, firmemente convencidos de que o futuro da democracia brasileira, ou melhor, a consolidação da democracia no Brasil, se decide no governo Sarney. Se o presidente chegar à Constituinte com resultados positivos na luta contra a inflação, que continua sendo, como nunca deixou de ser, a prioridade das prioridades, se chegar, dizíamos, com resultados positivos, por mais impopulares que sejam, inicialmente, as medidas adotadas para conseguir, terá todas as condições para impedir que a Constituinte seja dominada pelos inimigos da democracia que desejam que seu mandato se encerre com ela.

Se isso não acontecer, se lá chegar com o País se aproximando celeremente da situação que obrigou o presidente Alfonsín a — depois de um ano e meio de tergiversações semelhantes às que Sarney está exercitando — aplicar o plano de maior austeridade e mais recessivo de que se tem notícia no mundo em que vivemos, não apostariamos um vintém na possibilidade de completar quatro anos de mandato.